

AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS: alguns dispositivos de governo da infância engendrados entre 2019 e 2022

Cristiane Perol da Silva¹

Eixo temático 1: Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Este trabalho apresenta parte de uma tese de Doutorado em Educação, em andamento, que objetiva mapear e discutir alguns dos principais dispositivos de governo da infância no campo da alfabetização de crianças, engendrados na gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), destacadamente a partir da articulação entre os Ministérios da Educação (MEC) e da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). Tem como base analítica principal o enfoque de direitos humanos das crianças (através dos Estudos da infância). A pesquisa qualitativa de natureza documental-cartográfica toma como fonte de dados documentos relacionadas à alfabetização e à(s) infância(s), publicados pelos Ministérios em foco, pronunciamentos, publicações e entrevistas de autoridades governistas divulgadas na *Internet* e redes sociais, além de matérias jornalísticas e vídeos veiculados pela mídia tradicional ou especializada. Articulando conceitos advindos dos estudos de Michel Foucault, dos direitos humanos das crianças e da perspectiva interlocutiva sobre o ensino de língua, até o momento, o estudo destaca os seguintes dispositivos de governo da infância, usados pelo governo Bolsonaro, através das políticas de alfabetização: 1. a criação de "velhos/novos" léxicos; 2. a expulsão da dimensão política da alfabetização das crianças e da educação da infância; 3. a alfabetização como dispositivo de controle da família sobre a criança. O contexto analisado tem revelado que as políticas de alfabetização implantadas no período operacionalizaram a expulsão da dimensão política da educação da infância e a fragilização dos direitos humanos das crianças, buscando extinguir, deliberadamente, possibilidades de avanço em direção à compreensão desses sujeitos como detentores políticos de direitos.

Palavras-chaves: políticas de alfabetização; bolsonarismo; direitos humanos das crianças; governo da infância; Estudos da infância.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisa INDDHU - Infâncias, Diferenças e Direitos Humanos, na mesma instituição. Contato: crisperol@gmail.com

Introdução: objetivos e referenciais

As reflexões e dados apresentados neste trabalho são parte de uma pesquisa de Doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. Sob a orientação da Professora Doutora Heloísa A. de Matos Lins, o estudo tem como objetivo mapear e discutir alguns dos principais dispositivos de governo da infância no campo da alfabetização de crianças, engendrados na gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), destacadamente a partir da articulação entre os Ministérios da Educação (MEC) e da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH).

A pesquisa qualitativa parte de uma perspectiva documental-cartográfica, tendo como referência as indicações de Lüdke e André (1986) sobre a potência dos documentos para fornecer informações ao pesquisador sobre determinado contexto, em conjunto com as referências da abordagem cartográfica que, por sua vez, tem como objetivo "[...] desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente" (BARROS e KASTRUP, 2015, p. 57). A opção metodológica escolhida faz sentido para o estudo pois o mesmo foi realizado a partir do acompanhamento de um contexto em construção, um processo em curso, que foi se revelando e constituindo enquanto a pesquisa também se estruturava e desenvolvia (SILVA, 2023, no prelo).

A partir da constatação da importância atribuída a alfabetização no âmbito da educação da infância brasileira (MORTATTI, 2010; GONTIJO, 2014; SILVA, 2018) e do constante debate em torno da temática que marcam o campo como um território de disputa que movimenta projetos políticos e educacionais (MORTATTI, 2010), o objetivo aqui apresentado foi sendo construído. Para isso, partiu-se do entendimento da alfabetização como algo que "[...] não pode ser reduzida ao mero lidar com letras e palavras, como uma esfera puramente mecânica." e da percepção de que é preciso "[...] ir além dessa compreensão rígida da alfabetização e começar a encará-la como *a relação entre os educandos e o mundo*, mediada pela *prática transformadora desse mundo*, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos." (FREIRE e MACEDO, 2006, p. x, grifos meus). A partir desse pressuposto, mais uma vez na história, revela-se a relação fundamental entre alfabetização, política e justiça social (SILVA, 2023, no prelo). A alfabetização pode ser um importante instrumento na busca e no fortalecimento de processos democráticos e de cidadania de crianças, adolescentes, jovens e adultos se observada a partir de uma perspectiva democrática que a reconheça como um direito humano e social (SILVA, 2023, no prelo). "A íntima conexão entre os problemas da infância e os problemas da democracia" é destacada por Méndez (2007, p. 28) o que leva à reflexão

de que a erosão da democracia passa também pelos retrocessos nos direitos humanos das crianças e, conseqüentemente, pela alfabetização e suas políticas (SILVA, 2023, no prelo).

No processo de solidificação do projeto político conservador de sociedade (FREIXO e PINHEIRO-MACHADO, 2019; ALMEIDA, 2019) que se instaurou no Brasil no período de 2019 a 2022 com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, a alfabetização se tornou um importante dispositivo (FOUCAULT, 1998) de governo da infância (SILVA, 2023, no prelo) e passou a ser uma área estratégica de atuação. Esse contexto foi então analisado e os dados construídos a partir da observação de documentos relacionadas à alfabetização e à(s) infância(s), publicados pelos Ministérios em foco, pronunciamentos, publicações e entrevistas de autoridades governistas divulgadas na *Internet* e redes sociais, além de matérias jornalísticas e vídeos veiculados pela mídia tradicional ou especializada. A partir dessa análise foram identificados alguns dispositivos de governo da infância engendrados através das políticas de alfabetização, sobre os quais se fala na sequência.

2 Alguns dispositivos de governo da infância

Para Foucault um dispositivo pode ser definido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1998, p. 244).

Articulando essa premissa com os estudos foucaultianos em torno do governo da infância, dos direitos humanos das crianças e da perspectiva interlocutiva sobre o ensino de língua, até o momento, a pesquisa destaca os seguintes dispositivos de governo da infância, usados pelo governo Bolsonaro, através das políticas de alfabetização: 1. a criação de "velhos/novos" léxicos; 2. a expulsão da dimensão política da alfabetização das crianças e da educação da infância; 3. a alfabetização como dispositivo de controle da família sobre a criança.

O ensino e aprendizado da leitura e da escrita impactam diretamente a formação subjetiva e institucional das crianças, e suas experiências de vida e cidadania decorrentes, revelando-se assim como dispositivos importantes na maquinaria de governamentalidade das infâncias (SILVA, 2023, no prelo). Ainda assim, no contexto analisado, o uso da alfabetização como dispositivo ganhou contornos únicos e particulares a partir do projeto das direitas radicais que o sustentava.

2.1 A criação de "velhos/novos" léxicos

De acordo com Lins (2022, p. 171), "As democracias morrem [...] também pelo reordenamento das palavras que passam a ser empregadas, estrategicamente, para fins específicos". Nas análises das políticas de alfabetização do governo Bolsonaro, o uso repetitivo em discursos e documentos normativos (Política Nacional de Alfabetização - PNA, Programa Tempo de Aprender, por exemplo) de determinadas palavras e expressões como "eficácia", "eficácia comprovada", "evidências científicas", "alfabetização baseada em evidência", "literacia" e "literacia familiar" indicou que havia mais do que uma escolha articulada com paradigmas teóricos.

Sendo assim, tais expressões foram entendidas como léxicos bolsonaristas que passaram a compor uma retórica do bolsonarismo por conta dos "velhos/novos" sentidos que ganharam e a frequência com que apareceram nos documentos e discursos relacionados à alfabetização. Através de um "contorcionismo léxico/ jurídico" o bolsonarismo usou palavras com sentidos diferentes e esvaziadas de significado. Na composição dos dados, esse foi um dos dispositivos bolsonaristas de governo da infância engendrados (também, mas não só) através do campo da alfabetização de crianças.

2.2 A expulsão da dimensão política da alfabetização das crianças e da educação da infância

Um outro dispositivo identificado nas análises foi a expulsão da dimensão política da alfabetização das crianças e, por consequência, da educação da infância através das políticas de alfabetização. Durante o governo Bolsonaro tais políticas foram constantemente usadas para promover essa expulsão, no contexto de guerra cultural declarada que tomou conta do país (LINS, 2022). A instauração desse dispositivo se deu também através da retórica bolsonarista que adentrou o campo da alfabetização com os contorcionismos/ criação de léxicos, já mencionados, mas não só.

O apagamento de constructos teóricos validados e referenciados no campo da alfabetização brasileira (SILVA, 2023, no prelo) também foi uma das ações articuladas nesse sentido. Um exemplo identificado foi a adoção da expressão importada "literacia" pelos documentos e políticas de alfabetização lançados pelo MEC em detrimento/ apagamento/ exclusão do termo *letramento*. Além disso, foram feitas interferências em importantes políticas relacionadas aos materiais escolares do país, como foi o caso do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Os ataques à Paulo Freire e à Magda Soares, também são exemplos de ações relacionadas ao dispositivo.

2.3 A alfabetização como dispositivo de controle da família sobre a criança

As investidas do bolsonarismo em torno da família heteronormativa estiveram

presentes desde o plano de governo de Bolsonaro e conseqüentemente em uma série de ações lançadas durante sua gestão, articuladas pelo MMFDH, por exemplo, através da Secretaria da Família. Várias ações ocorridas indicam que houve uma tentativa de transferir a responsabilidade de questões que antes eram da competência do Estado para o núcleo familiar das crianças. Nesse interím, membros governistas passaram a falar de "direitos dos pais em relação aos filhos" e de "direitos das crianças na perspectiva da família" (LINS, 2022) minando, mais uma vez, o protagonismo das infâncias através do reforço de uma perspectiva de tutela em detrimento da ideia de criança como sujeito de direitos e como cidadão.

No âmbito do MEC, através de ações e políticas como o programa de literacia familiar "Conta pra mim", observou-se o uso da alfabetização como forma de ampliar o controle dos pais sobre as crianças. No que diz respeito à representação de criança que embasou a proposta, Ramalhte (2020) destaca que as crianças são vistas como aqueles que precisam ser constantemente controlados. Além disso, o Programa difundiu "um aspecto nocivo, censório, precário de leitura, de alfabetização, de literatura infantil" (RAMALHETE. 2020, p. 160).

3 Algumas considerações

Conforme já mencionado, este texto é um recorte de uma pesquisa ainda em andamento. Sendo assim, até o momento, a partir da observação do contexto instaurado e dos dispositivos identificados, o trabalho de Doutorado tem revelado que as políticas e programas de alfabetização implantados pelo MEC em articulação com o MMFDH operacionalizaram a expulsão frontal da dimensão política da educação da infância. Conseqüentemente fragilizaram os direitos humanos das crianças, buscando extinguir, deliberadamente, possibilidades de avanço em direção à compreensão desses sujeitos como detentores políticos de direitos, à efetivação de sua cidadania ativa, bem como sua formação democrática e plural (SILVA, 2023, no prelo).

Os dados também indicam a perspectiva de que as políticas de alfabetização inauguradas durante o governo Bolsonaro, disseminaram uma retórica tecnicista do processo de alfabetização, associada às artimanhas autoritárias e colonizadoras (mesmo que não abertamente).

Referências

ALMEIDA, Rodrigo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 185-213, abr. 2019.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: **PISTAS do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Organização de Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia Melo. Porto Alegre, RS: Sulina, pp. 52-75, 2015.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, pp. 243-276, 1998. 295 p.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Preâmbulo. In: FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. Coautoria de Donaldo Macedo. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, pp. ix xi, 2006. 167 p. Inclui bibliografia. ISBN 8521905254 (broch.).

FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (org.). **Brasil em transe**: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GONTIJO, Cláudia Maria Medes. **Alfabetização**: políticas mundiais e movimentos nacionais. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

LINS, Heloísa Andréia de Mattos. Pedagogias **da morte e da guerra como legado das direitas radicais às crianças e adolescentes**: discursos, estéticas e políticas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 336p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Capítulo 3: Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., pp. 25-44, 1986.

MÉNDEZ, Emilio García. Infancia, ley y democracia: una cuestión de justicia. In: **Justicia y Derechos del Niño, número 9**. UNICEF. 1a ed. Santiago, Chile, agosto 2007, pp. 27-47.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, ago. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RAMALHETE, Mariana Passos. **O Retrocesso empurra a porta**: A Literatura Infantil e o Programa Conta Pra Mim. Caderno de Letras, Pelotas, n. 38, pp.151-167, set-dez 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php.cadernodeletras/article/view/19827>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SILVA, Cristiane Perol da. **Eu não fui formada pra isso**: representações sociais de professores sobre inclusão, diferenças e infância(s). 2018. 1 recurso online (405 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635642>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SILVA, Cristiane Perol da. **Políticas de alfabetização e bolsonarismo**: alguns dispositivos de governo e os direitos humanos das crianças em jogo. Tese em andamento (doutorado - versão para o Exame de Qualificação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, no prelo.